

Manobra obstrui reações

A Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional contou ontem, às 13h00, com rápida manobra de seu presidente, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), para impedir que o ministro da Fazenda, Maílson Ferreira da Nóbrega, anulasse o acordo fechado, poucas horas antes, com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, para a rolagem da dívida dos Estados e municípios.

Na segunda-feira, o presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), deu prazo de até às 18h00 de ontem para a Comissão Mista de Orçamento encerrar os seus trabalhos. A 1h10 da madrugada de ontem, a Comissão respirou aliviada com o anúncio pelo líder do PMDB, Ibsen Pinheiro, de que ele, com a ajuda dos deputados Délia Brás, Eraldo Tinoco, Arnaldo Prieto e Paes Landim acertaram com o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, a questão da dívida dos Estados e municípios, com o recebimento pela União de Cz\$ 178 bilhões, em valores de junho último, equivalente a US\$ 1 bilhão.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, aprovou o acordo da madrugada, diante da decisão da Comissão Mista de Orçamento compensar parte da perda de receita junto a Estados e municípios com o corte de Cz\$ 251 bilhões de financiamentos oficiais aos setores exportador e agropecuário. A Comissão aceitou ainda a ponderação de João Batista de manter intocados os lucros do Banco Central — de Cz\$ 145 bilhões — como receita da União e também não reduzir a dotação orçamentária para os serviços da dívida.

Mesmo com a aprovação do mi-

nistro do Planejamento, às 12h30 o deputado Carlos Sant'Anna recebeu do Palácio do Planalto o aviso de que o Executivo não reconhecia o acordo com o Legislativo para reduzir de Cz\$ 550 bilhões (US\$ 3,1 bilhões) para Cz\$ 178 bilhões (US\$ 1 bilhão) os serviços da dívida que os Estados e municípios devem pagar à União, no próximo ano.

Para que a decisão do Palácio — segundo o deputado Paes Landim, por influência do ministro da Fazenda — não criasse novo impasse, o presidente da Comissão Mista de Orçamento colocou rapidamente em votação a emenda ao parecer do senador Almir Gabriel que reduzia os encargos dos Estados e municípios. A manobra deu resultado e nem mesmo os deputados contrários à rolagem facilitada, dentro do orçamento da União, das dívidas estaduais e municipais tiveram tempo de esboçar reação. O deputado José Serra (PSDB-SP) só percebeu a manobra quando Cid Carvalho já tinha encerrado a sessão da comissão mista de orçamento.

Hoje, o plenário do Congresso Nacional começa a discutir e, eventualmente, a votar o projeto da Comissão Mista que permite à União cobrar apenas US\$ 1 bilhão dos Estados e municípios, se a emenda específica não sofrer veto do presidente Sarney ou ainda sofrer solução negociada até a próxima terça-feira.

De acordo com a proposta da Comissão Mista de Orçamento, os Estados pagarião, em 1989: São Paulo, US\$ 513 milhões; Rio de Janeiro, 100 milhões; Rio Grande do Sul, 85 milhões; Minas Gerais, 74 milhões; Santa Catarina, 34,1 milhões; Bahia, 20 milhões.